

Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Primeiro-tenente do Quadro Técnico. Serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, onde é encarregado da Divisão de Arqueologia Subaquática do Departamento de História.

Resenha de RESTIER, Renato. Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876). Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Alguns historiadores interessados em história militar têm feito balanços historiográficos acerca da renovação deste domínio, dissertando sobre os estudos que tratam de novos temas, com novas abordagens, além da revisita a objetos, sempre os comparando com a chamada “velha” história militar¹. Portanto, a obra de Renato Restier Júnior, *Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*, já se insere nesta realidade e muito em breve também será objeto de análise nestes balanços.

Nesta obra, Renato Restier Júnior faz uso de um conjunto de fontes e ao mesmo tempo tem propriedade sobre assuntos do *expertise* marinho que enriquecem a abordagem de um tema clássico na historiografia brasileira: os conflitos na região do Rio da Prata, o que envolve a Guerra do Paraguai. Dispondo dessas fontes (Relatórios dos ministros da Marinha, Anais da Câmara dos Deputados e do Senado e Atas do Conselho de Estado), o autor tenta dar substância a uma problemática que dá vida ao texto: uma sensibilidade – ou melhor, a falta de sensibilidade no âmbito de toda a sociedade acerca da necessidade de defesa do Brasil e a sua conseqüente projeção internacional.

Assim é que Restier Júnior visa a compreender as percepções sobre a utilidade da Marinha do Brasil nos conflitos no Prata que marcam a virada da metade do século XIX e dos próprios eventos bélicos por parte de alguns atores que estão na direção do Estado: os dirigentes da pasta, na época a Secretaria de Estado de Negócios da Marinha, alguns parlamentares da Câmara e do Senado e os membros do Conselho de Estado, este considerado por muitos estudiosos como o esteio das decisões do Império. A preocupação de alguns destes atores era de como a Marinha do Brasil poderia estar (re) aparelhada perante os desafios que se mostravam no horizonte dos grupos dirigentes, principalmente com relação à defesa da unidade do território nacional ainda em construção. E num momento em que a construção deste Estado significava também a construção de uma identidade nacional encaixada em limites territoriais em disputa – daí os conflitos –, a arquitetura imperial também buscava desenhar um projeto em que os padrões tidos como universais, a exemplo de uma pretensa civilidade desejada para os brasileiros, fossem alcançados. Desse modo, “guerra” e “civilidade” eram

verbetes que poderiam ser antônimos para alguns ou sinônimos para outros, questão que perpassa o livro.

E, por falar em limites territoriais em disputa, a obra de Renato Restier Júnior pode também ser listada entre aquelas que representam atualmente uma renovação de um outro domínio da historiografia brasileira e internacional: história das relações internacionais². O autor busca interpretar, através da análise do discurso, a conduta de agentes estatais objetos por excelência de um tipo de história das relações internacionais escrita a partir do século XIX e tendo encontrado eco até meados do século XX no Brasil. Assim, discursos e condutas destes agentes são imagens criadas acerca da Marinha, da guerra e das relações com países vizinhos, dadas a ler a interlocutores destes personagens, dando um aspecto semiótico à análise.

A narrativa empreendida pelo autor percorre o caminho de quem busca analisar essas percepções distintas que dão corpo às relações entre Poder Naval e pensamento político brasileiro a partir de um enredo interessante: primeiro, como se realizaram as operações de guerra no teatro do Prata; segundo, como o executivo, através dos relatórios dos ministros da Marinha, se dedicam a programar a Armada; e, em terceiro lugar, como os parlamentares e conselheiros de estado discutem sobre a relevância de programas de reaparelhamento naval e de sua respectiva dotação orçamentária e qual o lugar dos conflitos a partir de necessidades políticas e diplomáticas constatadas. Tudo isto sendo relacionado com a conjuntura internacional.

Refletindo sobre os conflitos na região do Prata entre 1850 e década de 1870 e a atuação da Armada do Império, Restier Júnior faz uma importante relação entre os objetivos do Brasil, em termos de política externa, e o que estava acontecendo no cenário internacional com o novo desenho geopolítico orquestrado pelas potências mundiais do início do século XIX – Grã-Bretanha, França, Prússia, Rússia e Áustria –, sendo brevemente interrompido este “concerto mundial” pela unificação alemã e pelo aparecimento de mais duas potências, os Estados Unidos e Japão. Da parte das potências

mundiais até então conhecidas, as Armadas desses países estavam adequadas, de alguma forma, aos seus objetivos de expansão territorial, política, econômica e cultural.

Os objetivos do Império brasileiro estavam direcionados à defesa do território brasileiro e também à unidade e à integridade deste Estado recém-nascido, o que significava a defesa da navegabilidade pela região do Prata. Assim, as investidas contra Manuel Oribe (Uruguai) e Juan Manuel Rosas (Argentina) entre 1851 e 1852 e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai entre 1865 e 1870 foram eventos importantes para a política externa brasileira, a fim de concretizar os objetivos mencionados.

Ainda assim a Armada não acompanhava *pari passu* as preocupações que antecederam o desenrolar dos conflitos. Descritas pelo autor, as dificuldades por que passaram as forças navais brasileiras demonstram bem como foi complicada a estratégia naval de bloqueio e transporte de tropas nos rios que faziam parte do teatro de operações. Foi o que aconteceu quando da Passagem de Tonelero em 1851 onde os navios a vela, dotados de grande quantidade de canhões, mas impróprios para a navegação no Rio Paraná, foram rebocados por navios a vapor, estes mais apropriados para o local, mas com armamento insuficiente para a operação. Também o que ocorreu com o desenrolar dos acontecimentos que fizeram parte da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai em que os navios de couraça a exemplo do *Brasil* chegaram em 1865 e os monitores como *Alagoas*, *Pará* e *Rio Grande* só estiveram à disposição dos aliados em 1867, dois anos depois do começo da guerra.

Em que pese o descompasso observado, Restier Júnior afirma que não foi por falta de um programa pensado por quem dirigia a Marinha à época dos conflitos estudados. Além de considerar os aspectos da política estratégica do Brasil com relação à região do Prata, os programas ora elaborados visavam também a acompanhar os desenvolvimentos que eram percebidos quanto à tecnologia naval no mundo, nos seus sistemas de propulsão, proteção, ataque, meios de comunicação e as novas armas de guerra que surgiram então.

Assim, no bojo da Revolução Industrial, o uso programático das tecnologias que surgiram nesse contexto por parte das Armadas de vários países ao redor do planeta, em especial as das potências europeias, deu partida a uma corrida tecnológica já no século XIX, em que pese tal processo, como bem observado por Restier Júnior, não tenha se dado de imediato. Foi assim com os sistemas de propulsão que conheceu em um século a propulsão somente a vapor, a hélice e os de turbina a vapor. Também com as armas de fogo que as Armadas viram quão eram obsoletos os canhões de antecarga e de alma lisa, sendo substituídos pelos de retrocarga e com alma raiada, dando assim maior estabilidade à trajetória dos projetis. Estes também sofreram modificações de considerável monta, a exemplo dos projetis cilíndricos e de pontas e o aparecimento da eficiente e eficaz granada explosiva usada pela Esquadra russa durante a Batalha Naval de Sinope (1853) durante a Guerra da Crimeia (1853-1856) sendo superior à sua rival turca. Esta mesma batalha evidenciou a obsolescência do casco de madeira nos meios navais com o emprego das granadas explosivas, sendo construídos portanto os navios com couraça de ferro que protegiam a madeira, os navios dotados totalmente com casco de ferro, os monitores – novidades da Batalha de Hampton Roads, durante a Guerra de Secessão (1861-1865) –, os cruzadores protegidos e os encouraçados, além dos *dreadnoughts*, capitânicas das Esquadras alemãs e inglesas durante a Primeira Guerra Mundial. Bem assim foram recebidas também as torpedeiras, as contratorpedeiras, os submarinos e as minas.

Com o maior equilíbrio financeiro, o Brasil pôde a partir de 1840, como afirma Restier Júnior com base em estudos já feitos sobre a construção naval do Brasil, implementar tecnologias neste setor, basicamente com construção de navios parcialmente de ferro e máquinas a vapor, ampliando os estaleiros e enviando engenheiros para estudar no exterior estas concepções tecnológicas, a exemplo de Napoleão Level. Além disso, houve a intensificação da construção naval com o decorrer da Guerra da Tríplice

Aliança, o que reitera o fato de que o desenvolvimento tecnológico se deu em boa medida com a guerra em curso.

No entanto, como já mencionado anteriormente, Restier Júnior escava importantes evidências de como o Estado brasileiro, através dos relatórios dos ministros da Marinha, buscava desenvolver programas de reaparelhamento naval com base em quatro objetivos: 1) desenvolver meios com propulsão a vapor o que facilitaria a navegação pelos rios, fato evidente com os conflitos na região do Prata – programa elaborado pelo Marquês de Muritiba em 1850 e não executado em sua plenitude; 2) desenvolvimento de navios dotados de couraça de ferro, e os da classe *Monitor* empregados com certo êxito na Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865) tornam-se inspiração para que Napoleão Level os desenvolva no Rio de Janeiro – necessidade relatada pelo Visconde de Inhaúma em 1861; 3) desenvolver meios navais que dessem autonomia ao Império para o combate ao tráfico de escravos, o que significava logo o distanciamento com qualquer outro Estado que se dispusesse a fazê-lo, razão de contendas diplomáticas com a Grã-Bretanha; e 4) desenvolvimento de diversos itens que estivessem associados à geoestratégia naval pensada para a região do Rio da Prata, em termos de composição de divisões navais, construção naval, propulsão, armamento – evidente no relatório apresentado ao parlamento pelo Visconde do Rio Branco em 1854.

Em que pese todo esse planejamento, o que se verificou foi o déficit entre incorporação e baixa dos meios navais. Assim, Restier Júnior identifica o que poderiam ser os fatores para que os programas apresentados por aqueles que dirigiam a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha não lograssem de consenso entre os grupos dirigentes do Império, quando analisa os discursos de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, enquanto instâncias deliberativas do Poder Legislativo e dos membros do Conselho de Estado, instância de assessoria ao Executivo.

Quanto aos parlamentares da Câmara e do Senado, o reaparelhamento da Marinha resultante da execução dos programas

pensados por seus ministros pelo menos no contexto em lide (1850 -1876) não era visto pelo menos consensualmente como prioridade, ou pelo menos que pudesse ter parte nos orçamentos ora defendidos por quem estava à frente da Força. Assim, o fim a que se destina a força e a rentabilidade – e viabilidade – de tal orçamento eram os objetos das discussões dos parlamentares para fazer valer os seus argumentos. Bem assim que o discurso do Visconde de Souza Franco, quando do desenrolar das investidas contra Oribe e Rosas na região do Prata, identifica as forças militares, e, neste caso, a Marinha, como “agentes de destruição” em contraposição aos “agentes de produção” (p. 172) com os quais o próprio Visconde se identificava. Dessa forma polarizaram-se os parlamentares, eclipsando a utilidade da Marinha que geoestrategicamente, pelo que se depreende dos seus programas, poderia defender objetivos de tais agentes produtores. Havia mesmo quem pusesse a Marinha brasileira no seu “devido lugar” perante as Armadas das potências em questão, o que endossava ainda mais as limitações de seus orçamentos. Mesmo com visões conciliatórias como a do Visconde do Rio Branco em 1859, visando a superar evidente contradição, estas percepções ainda continuariam evidentes na Câmara e no Senado mesmo com as contendas entre Brasil e Argentina após a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870).

Já no Conselho de Estado, ao traçar do “perfil coletivo” desta instância de assessoria do governo, Restier Júnior identifica a sua pauta nesse contexto, embasada na necessidade da guerra, o que de alguma forma repercutia na visão das Forças Armadas e assim da Armada do Império. Boa parte das decisões estava pautada na sensibilidade de que a guerra era uma me-

diada a ser adotada em último caso, o que exigia ponderação por parte dos membros do conselho quanto à sua necessidade. Assim, refletiam-se sobre o tipo de atitude diplomática com relação aos países vizinhos, em especial o da região do Prata, ações para reforçar o território nacional, as contradições entre “guerra” e “diplomacia” e o recrutamento para as forças envolvidas no conflito. Em geral, Renato Restier Júnior conclui que o Conselho de Estado, assim como na Câmara dos Deputados e no Senado, firma-se em uma posição, não compartilhada por todos os seus membros, de neutralidade, que por vezes pendia para certo intervencionismo.

Em contraposição a uma intervenção como aquelas perpetradas pelas potências mundiais, principalmente na segunda metade do século XIX, levando ao primeiro grande conflito do século XX, a política externa brasileira teve um lugar específico na análise de Restier Júnior sobre a conduta de grupos dirigentes do Império com relação ao Poder Naval e a geoestratégia pensada para a região do Prata, revelando, em parte, um comportamento que poderia ser visto por alguns leitores como hesitante. Ainda que o autor propositadamente não queira fazer um estudo sobre a política externa brasileira no período, a peculiaridade de tal análise reside, sobretudo, na percepção de que “guerra” e “civilidade” eram, para alguns desses agentes do estado, etapas de um mesmo processo e, para outros, atributos antagônicos, porém, que traduziam uma sensibilidade que nada tinha de indiferente com relação à defesa. Assim, esse era o ideário inicial que constituiu um “sentimento” peculiar dos brasileiros com relação a este fenômeno tão instigante da humanidade, e que pode ter os seus resquícios ainda em dias atuais: a guerra.

¹ Um bom balanço historiográfico sobre o tema pode ser visto em: SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar* in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012: p 113-132.

² Sobre o tema ver MARTINS, Estevão de Rezende. *História das Relações Internacionais*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012: p 73-93.